

NAS INSTÂNCIAS DO DISCURSO:

uma permeabilidade de fronteiras



Denize Elena Garcia da Silva
(Organizadora)

EDITORA

UnB


OFICINA EDITORIAL
Instituto de Letras - UnB

A obra representa uma aproximação profícua de pesquisadores de diversas instituições, cujos artigos, em lugar de refletir diferentes paradigmas do pensamento lingüístico, revelam o esforço de cada um dentro de suas áreas específicas na busca de caminhos que favoreçam o ensino do vernáculo e garantam a compreensão do uso da língua como prática social.

Luiz Antônio Marcuschi (UFPE),
Denize Elena Garcia da Silva (UnB),
Jacob L. Mey (Odense University -
Dinamarca), Maria Carmen Aires
Gomes (UFV), Izabella dos Santos
Martins Mendes (UFMG), Janaina
Minelli de Oliveira (UFMG), Dina
Maria Martins Ferreira (UPM-SP),
Heloísa Marques Miguel (UFG), Ivone
Tavares de Lucena (UFPB), Carmem
Cecília Camatari Galvão (FJMJ), Lillian
Márcia Simões Zamboni (Unicamp/SP),
Gláucia Muniz Proença Lara (UFMS),
Eline Alcântara dos Santos (Uneb),
Maria Francisca de Oliveira Santos
(UFAL) e Cibele Brandão (UnB)

NAS INSTÂNCIAS
DO DISCURSO:
uma permeabilidade de fronteiras



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
DE BRASÍLIA**

Reitor
Lauro Morhy

Vice-Reitor
Timothy Martin Mulholland



Diretor
Alexandre Lima

Conselho Editorial
Presidente
Henryk Siewierski

Alexandre Lima, Clarimar Almeida Valle,
Dione Oliveira Moura, Jader Soares Marinho Filho,
Ricardo Silveira Bernardes, Suzete Venturelli



OFICINA EDITORIAL
Instituto de Letras - UnB

Conselho Editorial
Aryon Dall'Igna Rodrigues, Germana Henriques P. de Sousa,
Heloisa Maria Moreira de Lima A. Salles, Henryk Siewierski,
Rogério da Silva Lima, Vilma Reche Correa



Denize Elena Garcia da Silva
Organizadora

NAS INSTÂNCIAS
DO DISCURSO:
uma permeabilidade de fronteiras



Equipe Editorial

Rita de Cássia da Silva Pedroso de Albuquerque – *Preparação de originais e editoração eletrônica*

Regina Maria Furquim Freire da Silva e Carmem
Cecília Catamari Galvão – *Revisão*

Roberta Elena da Silva Bocchino – *Capa*

Copyright © 2005 by Denize Elena Garcia da Silva (Organizadora)

Impresso no Brasil

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília
SCS, Q. 02, Bloco C, Nº 78, Ed. OK – 2º andar
70300-500 – Brasília-DF
Tel: (61) 3035-4200 – Fax: (61) 3225-5611
www.livrariauniversidade.unb.br – editora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
Central da Universidade de Brasília

N241 Nas instâncias do discurso: uma permeabilidade de fronteiras / Denize Elena Garcia da Silva (Organizadora). – Brasília : Editora Universidade de Brasília : Oficina Editorial do Instituto de Letras, 2005.
204 p.

ISBN 85-230-0836-5

1. Análise de discurso crítica. 2. Lingüística textual.
3. Sociolingüística internacional. I. Silva, Denize Elena Garcia da.

CDU 801

*Ao meu Roberto e a cada Paulo
da minha vida*

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	11
APRESENTAÇÃO	13
PARTE I – DISCURSO E GRAMÁTICA	19
DISCURSO, COGNIÇÃO E GRAMÁTICA NOS PROCESSOS DE TEXTUALIZAÇÃO <i>Luiz Antônio Marcuschi</i>	21
DISCURSO E GRAMÁTICA: MOTIVAÇÕES COGNITIVAS E INTERACIONAIS <i>Denize Elena Garcia da Silva</i>	37
DISCURSO, GRAMÁTICA E PRAGMÁTICA <i>Jacob L. Mey</i>	49

PARTE II – DISCURSO E MÍDIA.....63

**A VOZ E O *ETHOS* MÉDICO-CIENTÍFICO NO TEXTO DE
INFORMAÇÃO PUBLICITÁRIO**

Maria Carmen Aires Gomes 65

**UM CASO DE POLÍCIA: AS REPORTAGENS POLICIAIS EM
DOIS JORNAIS IMPRESSOS BRASILEIROS, ABORDADAS À
LUZ DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO**

Izabella dos Santos Martins Mendes 77

**AÇÕES SOCIAIS DO GÊNERO INFORMAÇÃO CIENTÍFICA
TRANSMITIDA POR MEIO DO JORNAL TELEVISIVO
BRASILEIRO**

Janaina Minelli de Oliveira 87

**PARTE III – DISCURSO, GÊNERO SOCIAL E
IDENTIDADE.....99**

**CONSTRUTO IDENTITÁRIO FEMININO NA BUSCA DO
METAINSTÁVEL: *ENEIDA* DE VERGÍLIO E MÍDIA DA
ATUALIDADE**

Dina Maria Martins Ferreira 101

A CATEGORIA DO TEMPO EM “O CHAMADO DAS PEDRAS”

Heloisa Marques Miguel 111

**A INSCRIÇÃO DO SUJEITO NO DISCURSO DA MÚSICA
NORDESTINA: UMA QUESTÃO DE IDENTIDADE?**

Ivone Tavares de Lucena 125

PARTE IV – GÊNERO, IDENTIDADE E ARTICULAÇÃO DAS DIFERENÇAS.....	135
GÊNERO DISCURSIVO ANAMNESE: PRIMEIROS DESVELAMENTOS	
<i>Carmem Cecília Camatari Galvão</i>	<i>137</i>
DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA: CIÊNCIA OU JORNALISMO?	
<i>Lilian Márcia Simões Zamboni</i>	<i>145</i>
SEMIÓTICA GREIMASIANA E ANÁLISE DO DISCURSO: UMA ARTICULAÇÃO POSSÍVEL	
<i>Gláucia Muniz Proença Lara</i>	<i>155</i>
PARTE V – DISCURSO ACADÊMICO, INTERAÇÃO E COMPORTAMENTO NÃO-VERBAL	167
SUJEITO-PROFESSOR: MULTIPLICIDADE DE POSIÇÕES	
<i>Eline Alcântara dos Santos</i>	<i>169</i>
OS ASPECTOS NÃO-VERBAIS E VERBAIS NA INTERAÇÃO DO DISCURSO DE SALA DE AULA: RESULTADOS PRELIMINARES	
<i>Maria Francisca de Oliveira Santos</i>	<i>179</i>
ESTRATÉGIAS PRAGMÁTICAS NÃO-VERBAIS NO PROCESSO DE VARIAÇÃO ESTILÍSTICA	
<i>Cibele Brandão</i>	<i>191</i>
COLABORADORES.....	201

AGRADECIMENTOS

Aos colegas que atenderam à chamada de trabalho para o VI ENIL, brindando-nos não só com a presença, mas sobretudo com a pontualidade na entrega dos artigos, vão os primeiros agradecimentos, pois da resposta concretizada no texto de cada um surgiu este livro.

Além dos colaboradores que assinam os capítulos, três pessoas especiais apoiaram-me durante a fase de organização e montagem: Rita de Cássia encarregou-se da árdua tarefa de formatação e diagramação dos originais, Roberta Elena foi responsável pela parte artística de criação da capa, enquanto Paulo Lindemberg facilitou-me o acesso às ferramentas dos programas de informática, com seu suporte técnico e sua paciência. Os três são meus filhos, razão pela qual meu agradecimento e meu afeto brotam do fundo do coração.

O apoio parcial da Capes e o incentivo do Instituto de Letras da UnB, somados à generosidade da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (FINATEC), que não poupou esforços para garantir o sucesso do VI ENIL, representaram o baluarte seguro para as apresentações dos trabalhos de pesquisa, aqui representados nos quinze artigos selecionados.

Entre as pessoas que direta ou indiretamente não mediram esforços para enviar-me apoio incondicional a todo momento, mesmo que de lugares distantes, registro dois nomes: Marcuschi e Benedito. O primeiro, além de colaborador e amigo, é o grande incentivador na escalada dos estudos do discurso. Na sua trilha, segue Benedito Gomes Bezerra,

Agradecimentos

doutorando do Programa de Pós-Graduação em Lingüística da UFPE, o responsável pela tradução do artigo de Jacob Mey. Aos dois, que me sensibilizaram pelos gestos de solidariedade, um agradecimento especial.

Agradeço ainda a todos os colegas e alunos do Programa de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade de Brasília que auxiliaram na realização do VI ENIL, de modo especial à Maria Christina Diniz Leal, cuja atuação no trabalho da comissão científica foi de um valor inestimável. Meus agradecimentos também à Lúcia Maria Pinheiro Lobato, pois, mais que significar uma presença marcante no evento, contribuiu efetivamente por meio de ações e de palavras de incentivo. Ambas, que nos privilegiam com lições de vida todos os dias, constituem exemplo de compromisso profissional, dedicação, seriedade e elegância na vida acadêmica.

Por fim, o agradecimento a meu esposo e companheiro pelo altruísmo e pela compreensão diante de determinados momentos da minha vida acadêmico-profissional.

Denize Elena Garcia da Silva

PARTE I - DISCURSO E GRAMÁTICA

DISCURSO, COGNIÇÃO E GRAMÁTICA NOS PROCESSOS DE TEXTUALIZAÇÃO¹

Luiz Antônio Marcuschi

Preliminares

Quando me pus a pensar sobre o tema enunciado no título desta conferência, dei-me conta do quanto ele era ambicioso e percebi que estava diante de tarefa difícil. Entre os vários caminhos que se apresentavam, decidi-me por alguns elementos de natureza conceitual e um roteiro que permitisse administrar *discurso, cognição e gramática* de forma integrada. Na realidade, parece até óbvio admitir que toda nossa atividade lingüística se dá como um ato cognitivo na produção discursiva. Mas se é tão natural que assim se pense, por que ainda não há reflexões conclusivas a esse respeito? O fato é que, se isto ainda não foi feito, não é porque não tenha havido essa percepção, mas porque se trata de algo muito complexo. Aliás, se bem observado, grande parte do esforço mais sério na lingüística nos últimos 30 anos tem sido precisamente nesse campo. Vejam-se as reflexões de Charles Fillmore, Ronald Langacker, George Lakoff, Talmy Givón, Gilles Fauconnier, Michael A. K. Halliday, Antoine Culioli, Teun Van Dijk, Robert de Beaugrande e muitos outros que fizeram tentativas nessa linha.

Diante de tudo o que foi feito, não tenho a ilusão de dar uma contribuição original e sequer muito clara. Vou refletir sobre o tema,

abrindo as questões em alguns de seus momentos interessantes. Nisto, não farei mais do que voltar a pensar sobre a noção de linguagem, gramática e texto, articulando-os numa reflexão de conjunto. E para tanto retomarei um trabalho do saudoso amigo Carlos Franchi, de 1977,² que 25 anos depois me serve de guia nesta tarefa. Revisitando esse texto, deixo-me conta do quanto ali havia nesta perspectiva e, seguramente, estamos hoje mais maduros para retomar aqueles temas de maneira sistemática. Só não sei se aqui faço justiça ao monumental esforço de síntese na reflexão que encontramos nos trabalhos de Carlos Franchi.

Ponto de partida: língua e gramática

Já se tornou hoje bastante comum a idéia de que nossas atividades lingüísticas se dão por textos realizados em algum gênero discursivo. E, ao se materializar em textos, o discurso segue, entre outras, as normas da língua, expressas na gramática. Esta, por sua vez, manifesta-se *também* como uma complexa *atividade* sociocognitiva historicamente desenvolvida, isto é, como “*uma forma de vida*” regrada por uma determinação de princípios de múltiplos níveis e não apenas interna, imanente ao sistema, alheia aos que dela se servem, pois há certos “laços contratuais” na atividade lingüística que lhe advêm de seu caráter dialógico, no sentido bakhtiniano do termo.

Mas, mesmo admitindo esse caráter “contratual” da linguagem, nem por isso, advertia Franchi ([1977] 1992:10), devemos aceitar que a linguagem em si mesma seja uma simples instituição com “um conjunto de convenções adotadas pelo corpo social, submetidas a um normativismo exterior”. Pois seria pernicioso a uma correta noção de linguagem “reduzi-la a um papel de ferramenta social, a limitar-se pela observação de sua face exterior, puramente instrumental”. (Franchi, [1977] 1992:25). O problema está em como equilibrar, nas nossas ações lingüísticas, a “relação instável” entre a “interioridade e a exterioridade” lembrada por Franchi ([1977] 1992:25). Trata-se de evitar tanto um funcionalismo generalizado e “unilateral” em que toda a observação da linguagem seria apenas pelas suas funções, como também de evitar um formalismo puro sem atinar para o papel da linguagem na atividade reflexiva e nas relações interpessoais. Neste caso, gostaria de me alinhar ao que postula Margarida Salomão (1999:75) quando sugere que uma visão deste tipo “*requer uma concepção de gramática* que é inconciliável tanto com os cognitivistas formalistas como com a maior parte dos funcionalismos” (grifo da autora). Assim, a linguagem é muito mais um “*dispositivo para a construção do conhecimento*” (Salomão, 1999:75) que um instrumento funcional ou uma estrutura formal.

É insustentável a posição funcionalista quando admite “a suposição de que a cada situação e a cada função específica devem corresponder modos específicos de expressão; a cada conjunto de fatores contextuais e situacionais, uma resposta determinada” (Franchi, [1977] 1992:26). Pois a flexibilidade e a indeterminação lingüística, tal como apontadas e analisadas por Possenti (1988), permitem a efetiva articulação de uma teoria da gramática com uma teoria do discurso. A organização do mundo se dá pelo trabalho lingüístico e não pela determinação dos contextos situacionais de modo unilateral e aí reside a função cognitiva da linguagem como forma de “enquadre”.

Em suma, nas oportunas e sempre citadas palavras de Franchi ([1977] 1992:25), podemos tranqüilamente admitir que:

[...] antes de ser para a comunicação, a linguagem é para a elaboração; e antes de ser mensagem, a linguagem é construção do pensamento; e antes de ser veículo de sentimentos, idéias, emoções, aspirações, a linguagem é um processo criador em que organizamos e informamos as nossas experiências.

Em conseqüência, nossos discursos são fruto da integração de operações sociais, cognitivas e lingüísticas, tal como postula Beaugrande (1997:10) em sua definição de texto. De acordo com Franchi, isto significaria que a função básica da linguagem não é a comunicação ou a informação e sim a reflexão e a construção do pensamento, que se dão apenas parcialmente na atividade interativa. Para Franchi, a via de entendimento da linguagem pela visão instrumental e comunicativa não é a mais adequada por uma série de razões, em especial pelo predomínio de uma determinação externa que se recusaria a ver a relevância da participação da forma na constituição do sentido. Enfim, língua não é forma nem função e sim *atividade significante e constitutiva*.

Este aspecto se torna central numa reflexão sobre as relações entre *discurso, cognição e gramática* no processo de textualização, permitindo evitar o equívoco de tratar a linguagem como um simples meio de comunicação e informação, e como simples estrutura formal ou como instrumento do pensamento ou como atividade ideológica e histórica. A linguagem não se determina como veículo nem como repositária de informações. Ela é muito mais uma “atividade constitutiva”, segundo observa Franchi, e interfere na própria produção da significação. Daí a relevância da gramática em seu papel determinante no sentido, operando para muito além de um sistema de regras na atividade lingüística. Gramática se torna “uma forma de vida” na visão wittgensteineana.

Assim, *discurso, cognição e gramática* constituem três aspectos incontornáveis da atividade lingüística como "atividade significativa" em contextos de interação humana. E aqui assumo a posição de Antoine Culioli, citado por Franchi ([1977] 1992:27), ao sugerir que

[...] a atividade lingüística é significativa [...], mas não se pode afirmar que as palavras têm um sentido sem ser levado a uma concepção instrumental da linguagem, concebida como um instrumento cuja finalidade explícita seria a comunicação de sujeitos universais.

Isto quer dizer que a linguagem mantém com os sujeitos uma "relação complexa de exterioridade", de modo que significar é uma operação mental com a linguagem e não fruto geral de um uso instrumental da linguagem. É neste sentido, também, que os "sistemas de referência" não são espelhamentos do mundo, mas "domínios de interpretação", como lembra Possenti (1992:164).³ Esses sistemas de referência como *frames* ou "formações discursivas" são construções históricas e neles se situa a indeterminação lingüística. Podemos até mesmo afirmar, sem medo de exagero, que a atividade referencial é uma atividade criativa, pois *referir é criar*, já que a referência não é uma simples designação.

Nesta exposição, trata-se de *mostrar a curiosa, complexa e necessária relação entre cognição, discurso e gramática como forma de administrar criativamente nosso agir lingüístico na produção textual socialmente controlada*. Partimos, aqui, da posição de que esses três aspectos constituem a própria condição de possibilidade da linguagem como atividade criativa e recursiva. Não postulamos uma centralidade da sintaxe, tal como faz o gerativismo em geral, nem damos a entender que a significação se acha na simples e total dependência de formas gramaticais, como postulam diversos formalismos, nem admitimos que o cognitivismo seja algo individual, internalizado e mentalista, mas um quadro de referências sócio-historicamente constituído, já que *cognição* não é algo puramente mental.

Ainda segundo Franchi ([1977] 1992:31-32), "não há nada imanente na linguagem, salvo sua força criadora e constitutiva", bem como "não há nada universal salvo o processo" de tal atividade. E, com isso, o autor afirma que "a linguagem, pois, não é um dado ou resultado; mas um trabalho que 'dá forma' ao conteúdo variável de nossas experiências" e é nesse trabalho coletivamente realizado que se constitui o "sistema de referências" em que o sistema simbólico se torna significativo. Assim nos afastamos tanto de uma visão instrumentalista como formalista da linguagem. Este aspecto é importante para nossa argumentação, pois

se o uso recursivo de um conjunto limitado de regras gramaticais e itens lexicais poderia dar conta de todos os discursos, isso ainda não daria conta da indeterminação que os acompanharia e seria necessário invocar experiências que fogem à imanência lingüística. Daí a pobreza da visão gerativista (v. Franchi, 1977) de uma "criatividade horizontal", puramente recursiva, à qual se poderia contrapor uma "criatividade vertical" em que passa a vigorar a "indeterminação semântica" que se dá na intersecção de diferentes domínios ou espaços referenciais e relacionais. Segundo Franchi,

Nesse sentido, a linguagem não é somente um processo de representação, de que se podem servir os discursos demonstrativos e conceituais, mas ainda uma prática imaginativa que não se dá em um universo fechado e estrito, mas permite passar, no pensamento e no tempo, a diferentes universos mais amplos, atuais, possíveis, imaginários. (p. 32).

Este é um passo decisivo para se admitir a presença sistemática da metáfora, da metonímia, da analogia, da associação e de todos os demais processos semântico-cognitivos que envolvem indeterminação, mas que se determinam no intercâmbio de domínios predicativos, relacionais e categoriais. Essa indeterminação torna relevante o contexto, exige reflexão sobre os dêiticos e todas as estratégias de concordância, entoação, ordem frasal, entre muitas outras, que "dispensam a linguagem de construir uma sintaxe determinada completamente" (Franchi [1977] 1992:35). Ao se dispensar uma determinação prévia não se está dispensando o sistema, como pensaram alguns.

Com efeito, *admitimos ser ingênua e fadada ao fracasso a tentativa de uma análise da produção textual-discursiva na pura exterioridade de sua inserção social, bem como insatisfatória se realizada no nível da interioridade formal, como determinada, estável e fundada num conjunto delimitado de categorias*. Este é o "paradoxo" para o qual chama atenção Franchi ([1977] 1992:35), ao abrir a indagação sobre os caminhos da análise discursiva da língua. E é este paradoxo que enfrentamos com a proposta de uma análise textual-discursiva quando tentamos integrar *discurso, cognição e gramática*.

Novos rumos para uma análise textual-discursiva

Como se viu, o ponto de partida de toda a análise aqui proposta é uma noção de linguagem que não se centra apenas na forma nem na função, mas que tenta resolver o problema da interioridade e da

exterioridade da linguagem articuladamente. Admitindo-se a necessidade de uma visão de processos mais amplos e múltiplos numa tarefa deste tipo, nada melhor que observar as estratégias de textualização como atividades criativas que exigem investimentos de ordem gramatical e cognitiva para produzir discursos significativos. Assim, a proposta apresentada sugere a articulação do tripé *discurso, cognição e gramática* como uma perspectiva teórica adequada a uma *Linguística Textual* (LT).

Gostaria de frisar que falar em textualização é quase redundante quando se trata da atividade linguística, pois é praticamente impossível mover-se discursivamente fora de algum texto. E ao nos movermos em e com textos sempre estaremos envolvidos em atividades gramaticais, cognitivas e discursivas. Pois o discurso é nossa maneira de inserção sócio-histórica na produção de sentido, a cognição é nossa maneira de atuar significativamente e a gramática é nossa maneira de atuar regradamente nesse contexto. Assim, em princípio, não parece difícil admitir que a integração dos três elementos apontados se dá de forma harmônica ao se tratar da textualização.

Considerando que o núcleo da atividade textual-discursiva é produzir e compreender textos orais e escritos, trata-se de resolver questões relativas a:

- coerência e continuidade referencial
- coesão e organicidade textual
- atividades inferenciais
- situacionalidade e contextualização

entre inúmeras outras. Imagino que isto supera alguns dos atuais sete critérios da textualidade originalmente propostos por Beaugrande & Dressler (1981), que em muitos casos são redundantes ou circulares.⁴ Para Beaugrande (1997:15), os sete princípios da textualização mostram quão rico é um texto em seu potencial para conectar atividades sociais, conhecimentos linguísticos e conhecimentos de mundo. Não se trata, como se pensou em algum momento, de princípios de boa-formação textual. Segundo o autor, os sete princípios não são critérios que permitem identificar as fronteiras entre um texto e um não-texto, mas sim as condições para uma ação linguística, cognitiva e social na qual eles operam como *modos de conectividade* em níveis diversos, mas inter-relacionados.

Assim, quando eu leio a lista telefônica como um texto que me informa um conjunto de dados, eu estou aplicando princípios gerais para textualizá-la, numa relação do mundo com a sociedade, e não busco uma textualidade imanente já realizada por esses princípios. A textualidade

é o resultado de um processo de textualização. A textualidade é o evento final resultante das operações produzidas nesse processamento de elementos em multinível e multissistemas. A textualização é um processamento discursivo que torna um artefato lingüístico um evento discursivo na medida em que conseguimos relacionar fenômenos lingüísticos, sociais e cognitivos significativamente. O problema teórico e prático da LT é oferecer os elementos que explicam como essa operação se dá. Neste entendimento, a Lingüística de Texto pode ser vista como um esforço teórico de articulação de discurso, cognição e gramática.

O aspecto lingüístico não opera sozinho e não pode encerrar em si todo o potencial de textualização. Esse é o fato mais importante nesta perspectiva teórica, pois se por um lado o texto não é um artefato autônomo, por outro, não é um ser num limbo sócio-cognitivo. É a isso que se referia Beaugrande (1997) quando sugeriu que o grande problema da LT é providenciar a ponte entre o *sistema virtual* e o *sistema atual* da língua, que pode ser visto como um outro modo de perceber a questão da interioridade e exterioridade referida acima. Enquanto artefato estritamente lingüístico, o texto não passa de uma *possibilidade* cujas condições de *atualidade* são o contributo de sua inserção na sociedade e no mundo.

Todos estes aspectos envolvem gramática, discurso e cognição. Pois não se pode pensar a *coerência* como algo imanente à superfície textual e sim como uma operação cognitiva sobre os elementos do texto, produzindo quadros de referência que permitem inclusive a derivação de cadeias de ligação coesiva. Considerando que a coerência textual é um fenômeno relativamente elástico e flexível, parece impossível providenciar-lhe algum tipo de solução algorítmica (Charolles, 1983:12). Também não se pode imaginar que a questão da coerência se resolve como um fenômeno de boa ou má-formação textual. É o caso da interpretação de todas as *anáforas indiretas* dependentes de processos inferenciais e estratégias de associação, analogia, metaforização e até de recategorização lexical.

A conexão (coesividade e coerência vistas em conjunto) não é uma simples questão gramatical passível de ser vista na imanência das unidades discretas que compõem os enunciados. O componente pragmático-cognitivo não é contemplado na análise das frases e é decisivo numa definição de texto. Note-se que fenômenos como as *elipses*, *os artigos*, *os dêiticos*, *a referência pronominal* etc. resolvem-se em âmbitos quase sempre superiores⁵ ao da frase. São inclusive questões que não foram resolvidas pela gramática estritamente formal, seja ela qual for. De igual modo, noções como *compatibilidade*, *contradição*, *ambigüidade*, *relevância* etc. ultrapassam a esfera das relações intrafrasais e até mesmo da semântica e da lógica. Tomemos o seguinte exemplo:

(1) Um Fiat **voava pelas ruas da cidade em alta velocidade**. O carro **era dirigido por** um bêbado. A cerveja **transformara o sujeito num ás do volante**. **Ele se sentia o máximo**.

Neste caso, *Fiat* foi retomado com *carro* e *bêbado* por *cerveja*. O artigo indefinido transformou-se em definido, sendo que o contrário aqui não poderia ter acontecido. Certamente, as razões dessas continuidades referenciais não são gramaticais, mas de caráter cognitivo e de base em *modelos cognitivos*, que operam como contextos relevantes para decisões interpretativas.

O sistema simbólico é um sistema significante sem autonomia interna e seu significado ou sentido determina-se na operação de relações bastante complexas em vários níveis.⁶ O sentido não está lá como um dado, mas é fruto de uma projeção ou um cálculo interpretativo com várias linhas decisórias. Discursivamente, o gênero textual tem um papel de enquadre tão importante quanto os possíveis enquadres contextuais. Uma unidade lexical ou um sintagma e mesmo uma oração ou cadeia de enunciados podem ter variadas significações a depender do conjunto de fatores internos cognitivos ou formais que atuam e não se pode admitir que estejam refletindo apenas pressões externas.

As marcas enunciativas funcionam como *enquadres co-textuais* que permitem inferências dos mais diversos tipos. Entre essas marcas estão todos os elementos enunciativos desde os aspectos morfológicos, tempos verbais, modalizadores e as concordâncias, até a entoação e os marcadores discursivos em geral. Um enunciado com marca interrogativa pode não ser uma indagação e sim um pedido ou até mesmo uma ordem. Uma concordância não realizada pode ter efeito expressivo.

De igual modo, tal como observa Stubbs (1983:15-20), na produção de textos orais temos algumas normas sociais ou culturais que se sobrepõem às gramaticais. Assim, suponham que eu, estando no centro da cidade, abordasse um estranho e dissesse:

(2) Bom-dia, amigo, podia me dizer se está na hora de tomar o meu remédio para o coração que o Dr. Albert me receitou anteontem?

Seguramente, meu interlocutor seria assaltado por algumas dúvidas não precisamente sobre minha competência gramatical. Num texto, e especialmente na sua vida social, nem tudo é comandado pelas normas lingüísticas.

Já que tudo isso é denominado *contexto*, torna-se necessário um breve esclarecimento a este respeito. *Tornou-se comum tomar contexto como uma coleção de fatos ou situações em que se situa uma dada produção discursiva para enquadrar inferencial*. Contudo, parece muito razoável adotar a posição defendida por Kerbrat-Orecchioni (1996:42), quando propõe tomar *contexto* como um conjunto de fenômenos não-objetivos e sim interiorizados no formato de modelos cognitivos mobilizáveis. Assim, repetindo Auer & Luzio (1992 *apud* Kerbrat-Orecchioni, 1992:42), a autora diz:

Contexto não é uma coleção de 'fatos' materiais ou sociais [...] mas um número de esquemas cognitivos sobre o que é relevante para a interação a cada ponto dado e a cada momento [...]. Esses parâmetros contextuais emergentes referem-se aos fatos de conhecimento que devem ser revertidos das disposições cognitivas 'invisíveis' dos participantes em bases acessíveis coletivamente em que se conduz a interação.

Portanto, quando eu, no estacionamento do Centro de Artes da Universidade Federal de Pernambuco, sou abordado pelo Carlinhos, meu guardador de carro há mais de 25 anos, numa determinada época do ano, com a expressão:

(3) Doutor, cadê o meu milho?

Sei que ele se refere à contribuição para a tradicional festa junina que no Nordeste é tão ou mais importante que o Natal. Não se trata de um dinheiro para comprar milho propriamente e sim para passar as festas da semana junina. Neste sentido, pode-se dizer que os mecanismos inferenciais são comandados pelo contexto, desde que se entenda contexto como "enquadre cognitivo". E o processo referencial é um ato criativo nesse contexto e não um simples ato de designação. De igual modo operam enunciados tais como:

(4) Doutor, cadê o meu peixe?

(5) Doutor, cadê o meu sapato?

Assim como (3) é um enquadre de festas juninas, (4) é um enquadre da Páscoa e (5) um enquadre natalino. Na realidade, o contexto diz que o discurso é uma atividade tanto determinada como determinante, já que não há estruturas permanentes.

Um discurso receberá um certo enquadre quando produzido ao longo do *dia 1º de abril*, e outro, se produzido ao longo do *dia de nosso aniversário*. Esses enquadres cognitivos específicos funcionam como contextos e sua determinação, seguramente, não “vem de fora”. *Por isso, o contexto, mais do que uma exterioridade pressionando o sentido ou as formas, é uma operação cognitiva de interpretação e reinterpretação constante.*

Repetindo Kerbrat-Orecchioni (1996:49), podemos dizer que “discurso modela contexto assim como contexto modela discurso”, o que conduz a uma inserção da pragmática no processo de produção de sentido sem envolver sujeitos individuais ou cognições particularizadas. Nossos enunciados são a um só tempo *modelados pelo contexto* como *renovam o contexto*, lembra Kerbrat-Orecchioni (1996:50).

Do ponto de vista da reflexão gramatical, temos aqui aspectos interessantes como o processo de anaforização, que embora deva obedecer a requisitos morfossintáticos para a sua solução, nem sempre esgota-se nesse âmbito. Sobre isso discorre com grande precisão, mostrando de maneira bastante clara como se unem esses aspectos Ingedore Koch (2002) em seu último livro com o sugestivo título *Desvendando os Segredos do texto*, uma primorosa exposição dos princípios aqui lembrados e de muitos outros, como os elementos enunciativos e os fatores da progressão referencial. Aliás, eu tomaria esse livro e também Koch & Marcuschi (1998) como exemplos para mostrar muitos dos aspectos aqui lembrados.

Hoje se sabe que a anáfora é algo muito mais complexo do que uma relação entre elementos da imanência textual e não se acha restrita às considerações tipicamente sintáticas, mas envolve aspectos cognitivos, gramaticais e discursivos imbricadamente. Veja-se o caso da denominada *anáfora indireta (AI)*⁷.

Informalmente, entendem-se como *anáfora indireta* expressões nominais definidas ou pronomes interpretados referencialmente sem que lhes corresponda um antecedente (ou subsequente) explícito no texto no formato de um *denotatum*. Trata-se de uma estratégia endofórica de *ativação* de referentes novos e não de uma *reativação* de referentes já conhecidos, o que constitui um processo de referenciação implícita. Caso típico de *AI* seria este:⁸

(6) Essa história começa com uma família que vai a uma ilha passar suas férias. /.../ Quando amanheceu eles foram ver como estava o barco, para ir embora e perceberam que o barco não estava lá.

É fácil perceber que [O BARCO] é uma expressão referencial nova nesse texto, mas surge como se fosse *conhecida* com a anteposição de um artigo definido. Ela *ancora* (cognitivamente) na expressão nominal antecedente [UMA ILHA] que lhe dá suporte. Casos assim são frequentes em todos os gêneros textuais tanto na fala como na escrita. Mas a escola ainda insiste em apontá-los como inconsistências gramaticais.

A classe das *anáforas indiretas* representa um desafio teórico e obriga a abandonar a maioria das noções estreitas de anáfora, impedindo que se continue confinando-a ao campo dos pronomes e da referência em sentido estrito. Vale ressaltar desde logo que a anáfora não pode ser confundida com a questão referencial em sentido estrito, pois ela é essencialmente de natureza interpretativa, envolvendo crucialmente referenciação e atividades inferenciais. Em suma, a *AI* é um caso de *referência textual*, isto é, de construção, indução ou ativação de referentes no processo textual-discursivo que envolve atenção cognitiva conjunta dos interlocutores.

Uma análise detida das características centrais da *AI* mostra que essas anáforas não dependem de uma congruência morfossintática nem da necessidade de reativar referentes já explicitados. Isto torna relevante indagar em que sentido se trata de uma *anáfora*, já que não há uma relação *correferencial*, nem sequer uma continuidade do mesmo referente, como lembra Schwartz (2000:41). Sobretudo ao se considerar que as *AI* redefinem o papel dos processos referenciais e inferenciais, bem como a questão dos sintagmas definidos e indefinidos, não os ligando automaticamente a conhecimentos novos ou velhos, mas exigindo contextualização e ajustes categoriais constantes. É o caso de invocar mais uma vez a posição de Margarida Salomão (1999:71), lembrando que "*interpretar é representar, no sentido dramático de representação*" (grifo original da autora). Interpretar é situar os referentes numa cena em que eles fazem sentido, isto é, situá-los sócio-cognitivamente. Em suma, como lembra a autora: "*toda experiência social é, por sua vez, semantizante*" (p.71),

Por tudo isso, pode-se dizer que o estudo das *AI*, além de ser uma oportunidade para rever as relações entre *pragmática e cognição* e exigir análises mais cuidadas da noção de *modelos mentais* e do funcionamento semântico da língua (em especial do *léxico* e dos *papéis temáticos*), propicia uma produtiva revisão de noções tais como *língua, categoria, referência, inferência, texto e coerência*, sendo um bom momento para se ver de maneira muito clara a aqui apontada relação entre discurso, cognição e gramática.

Veja-se o interessante caso desta crônica de Fernando Sabino, "*Se quiser descer, não suba*", em que o primeiro parágrafo é uma

seqüência de SNs definidos ativados pela âncora inicial [EDIFÍCIO] e depois [CELEBRAR]:

(7) Chegando ao edifício, tomei o elevador que ia até o décimo quarto andar. Era pelo menos o que dizia a tabuleta no alto da porta.

– Sétimo – informei ao cabineiro.

Eu estava sendo aguardado no auditório, onde faria uma palestra. Eram as secretárias daquela empresa que celebravam o Dia da Secretária e que, desvanecedoramente para mim, haviam-me incluído entre as celebrações.

Note-se que a expressão *edifício* tem como parte [ELEVADOR] e [ANDARES], inclusive um *décimo quarto andar*. O *elevador* tem um [CABINEIRO] e num *auditório* pode-se ter [PALESTRAS]. Além disso, trata-se de *celebrar* um dia especial com [CELEBRAÇÕES]

Como se nota, o lugar da gramática na textualização não é o de um conjunto de regras para a consecução de objetivos formais de boa-formação frasal e sim de condução regrada e categorialmente justificada de ações discursivas. Pergunto, por exemplo, em que nível de análise se resolvem problemas de *ambigüidade, polissemia, indexicalidade dêitica, contrafactualidade e modalização* em textos. É tendo em vista estes casos que se afirmava acima, com Franchi (1977) que a língua, mais do que uma atividade estruturada é uma atividade estruturante e podemos acrescentar que essa estruturação se dá essencialmente no processo de textualização em que surge o discurso gramaticalmente enformado e cognitivamente funcional.

É importante perceber que esses aspectos dizem respeito a fenômenos que nunca foram muito bem explicados, mas que se acham essencialmente ligados a questões de indeterminação lingüística.

Observações finais

Tal como avisei no início, não era de se esperar aqui algo essencialmente novo, mas sim que chamasse a atenção para a reflexão sobre *discurso, cognição e gramática no processo de textualização* de maneira integrada. A sugestão, neste caso, foi a possibilidade de uma *Lingüística de Texto*, que desse conta desse trinômio resolvendo a questão da interioridade e exterioridade lingüística sem cair numa determinação sócio-histórica nem numa determinação formal.

Pois como dizia Franchi, “*não há nada imanente na linguagem, salvo sua força criadora e constitutiva*”, bem como “*não há nada universal salvo o processo*” de tal atividade. E com isso, “a linguagem, pois, não é um dado ou resultado; mas um trabalho que ‘dá forma’ ao conteúdo variável de nossas experiências” e é nesse trabalho coletivamente realizado que se constitui o “sistema de referências” em que o sistema simbólico se torna significativo. Trata-se de recusar a cognição como ato individual e de recusar a forma como determinada. A cognição é parte essencial da ação conjunta que se dá na atividade lingüística.

No meu entender, resta perceber que hoje está em curso uma nova visão do que sejam regras gramaticais na sua estreita relação com aspectos cognitivos e discursivos, evitando-se todo tipo de autonomia ou predomínio de alguma interioridade ou exterioridade. A rigor, o *interior* do sujeito é inseparável do que ocorre no seu *exterior* e as atividades de um sujeito só fazem sentido na relação com o outro no jogo interativo. Só assim podemos construir as noções de linguagem, sujeito, referência, texto, discurso, gêneros textuais etc. capazes de dar conta da multifacetada e extremamente importante questão da produção de sentido como uma atividade constitutiva e não como determinação de formas ou de contextos exteriores. Os “esquemas de ação” tornam-se, neste caso, importantes e seu formato tem algo de formal e interativo.

Talvez, a partir dessas questões, possamos ter uma noção mais clara de como enfrentar a indeterminação lingüística em toda a sua extensão e não apenas pontualizadamente em alguns casos como a polissemia e ou a ambigüidade.

Por fim, me atrevo a dizer que *discurso, cognição e gramática* são três aspectos incontornavelmente ligados na atividade discursiva. Podemos até distingui-los se observamos o que comumente se chamou de “uso da língua”. Mas esta expressão deveria ser evitada pelo tanto que tem de instrumentalismo e determinação de uma exterioridade incontrolada. Aqui não são os usos que estão em foco e sim as *atividades*. O que me preocupa são os condicionamentos que as atividades discursivas impõem aos usos e não o contrário, restaurando assim o primado da linguagem como atividade e não do uso simplesmente.

Notas

¹ Estas reflexões foram feitas no contexto de um projeto financiado pelo CNPq, processo n.º 523612/96-6.

² Carlos FRANCHI. [1977] 1992. Linguagem – Atividade Constitutiva. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas, IEL, 22(1992):9-39. Texto

original editado na revista *Almanaque*, 5(1977):9-26. Cito aqui a versão de 1992 numa edição em homenagem a Carlos Franchi.

³ Sírio POSSENTI. 1992. Gramática e análise do discurso. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, IEL 5(1992):161-166.

⁴ Refiro-me aos sete critérios básicos da textualidade: coesão, coerência, intencionalidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade e intertextualidade, tal como definidos e expostos nos caps. 4 a 9 da obra de Robert de BEAUGRANDE & Wolfgang DRESSLER (1981).

⁵ Sem ceder a jogos de linguagem fáceis e enganadores, podemos dizer que superior, aqui, significa acima, além, fora e maior que o âmbito da frase. Portanto não é uma questão apenas inter-frásica, mas muito maior.

⁶ Suponho que aqui cabe perfeitamente a posição da hipótese sociocognitiva formulada por Margarida Salomão (1999), quando mostra que "o foco da análise [centrado] no significante", bem como "o *tratamento do significante em termos de relações de correspondência das formas com a realidade discursiva*" (grifo da autora) não mais resistem hoje ao "compromisso cognitivista". (p. 63). Para a autora, a postulação da "escassez do significante" juntamente com "a semiologização do contexto" e "o drama das representações", conjugados a uma "nova metafísica", comprovariam a impossibilidade de continuar concebendo a língua como um "sistema social descarnado" (p. 66-74).

⁷ Entre os trabalhos sobre o tema, vejam-se Monika SCHWARTZ. 2000; Luiz Antônio MARCUSCHI (2000a, 2000b) e Ingedore V. KOCH & L. A. MARCUSCHI (1998).

⁸ Este exemplo encontra-se em meu texto sobre a anáfora indireta: Luiz Antônio MARCUSCHI (2001).

Referências bibliográficas

BEAUGRANDE, Robert de. *New foundations for a science of text and discourse: Cognition, Communication, and the Freedom of Access to Knowledge of Society*. Norwood, New Jersey: Ablex, 1997.

BEAUGRANDE, Robert de & DRESSLER, Wolfgang. *Introduction to text linguistics*. London: Longman, 1981.

FRANCHI, Carlos. Linguagem – Atividade Constitutiva. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas, IEL, 22(1992):9-39 (publicado originalmente na revista *Almanaque*, 5(1977):9-26).

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. Texte et contexte. *SCOLA – Sciences cognitives, Linguistique & Intelligence Artificielle*. 6(1996):39-60.

KOCH, Ingedore Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.

KOCH, Ingedore Villaça & MARCUSCHI, Luiz Antônio. Processo de referenciação na produção discursiva. *Revista D.E.L.T.A.* Número Especial, 169-190, 1998.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. *Revista Letras*, Curitiba, 56(2001):217-258.

_____. Anáfora sem antecedente explícito. In: PRETI, Dino (Org.). *Fala e escrita em questão*. (Projetos Paralelos – NURC/SP, Núcleo USP, Vol. 4) São Paulo: Humanitas, 2000a. p. 191-240.

_____. Aspectos da progressão referencial na fala e na escrita no português brasileiro. In: GÄRTNER, E.; HUNDT, C. & SCHÖNBERGER, A. (Ed.). *Estudos de lingüística textual do português*. Frankfurt am Main: TFM, 2000b. p. 79-107.

MONDADA, Lorenza. *Verbalisation de l'espace et fabrication du savoir. Approche linguistique de la construction des objets de discours*. Lausanne – Université de Lausanne, Faculté de Lettres, 1994. Thèse pour obtenir le grade de docteus en lettres. 671 p.

POSSENTI, Sírio. *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

SALOMÃO, Margarida. A questão da construção do sentido e a revisão da agenda dos estudos da linguagem. *Veredas. Revista de Estudos Lingüísticos*, Juiz de Fora, 4(1999):61-79.

STUBBS, Michael. *Discourse Analysis. The Sociolinguistic Analysis of Natural Language*. Oxford: Basil Blackwell, 1983.

COLABORADORES

Carmem Cecília Camatari Galvão
Professora da Faculdade Jesus, Maria e José – Taguatinga (DF)
Mestrado em Lingüística pela Universidade de Brasília – UnB

Cibele Brandão
Professora do Departamento de Lingüística, Línguas Clássicas e Vernácula
da Universidade de Brasília – UnB
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Lingüística da UnB

Denize Elena Garcia da Silva
Professora do Departamento de Lingüística, Línguas Clássicas e Vernácula
da Universidade de Brasília – UnB
Doutorado em Lingüística Hispânica pela Universidad Nacional Autónoma
de México – UNAM

Dina Maria Martins Ferreira
Professora da Faculdade de Filosofia, Letras e Educação da Universidade
Presbiteriana Mackenzie (SP)
Doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Colaboradores

Eline Alcântara dos Santos

Professora do Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Mestrado em Lingüística pela Universidade de Brasília – UnB

Gláucia Muniz Proença Lara

Professora do Departamento de Letras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS

Doutorado em Semiótica e Lingüística Geral pela Universidade de São Paulo – USP

Heloisa Marques Miguel

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Goiânia – UFG

Ivone Tavares de Lucena

Professora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Doutorado em Lingüística e Língua Portuguesa

Izabella dos Santos Martins Mendes

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Jacob L. Mey

Professor Emérito da Universidade do Sul da Dinamarca, Odense

Doutorado em Filosofia pela Universidade de Zaragoza, Espanha

Janaína Minelli de Oliveira

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Lilian Márcia Simões Zamboni

Consultora Legislativa do Senado Federal – Brasília (DF)

Doutorado em Lingüística pela UNICAMP

Luiz Antônio Marcuschi

Professor do Departamento de Letras da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Doutorado em Filosofia da Linguagem pela Universidade de Erlangen-Nürnberg, Alemanha

Maria Carmen Aires Gomes

Professora do Departamento de Letras e Artes da Universidade Federal de Viçosa – UFV

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Maria Francisca de Oliveira Santos

Professora do Departamento de Letras da Universidade Federal de Alagoas – UFAL

Doutorado em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE



Dupligráfica Editora
SIG/Sul Qd. 08 n° 2396 - Brasília/DF
Fone: (61) 3344-1918 - Fax: (61) 3344-1924
e-mail: dupligráfica@terra.com.br

**OUTROS LANÇAMENTOS DA
EDITORA UNIVERSIDADE
DE BRASÍLIA**

Minhas cartas e as dos outros

(volumes 1 e 2)

Carlos Lacerda

A crise do modelo francês

Denis Rolland

**Agrotóxicos: mutações, câncer &
reprodução**

Cesar Koppe Grisolia

Introdução à cinemática relativística

José de Lima Acioli

Novos estudos sobre línguas indígenas

Aryon Dall'Igna Rodrigues

Ana Suelly Arruda Câmara Cabral

Simmel e a modernidade

(2.^a edição)

Jessé Souza e Berthold Öelze

(Organizadores)

**A pós-graduação no Brasil: formação
e trabalho de**

mestres e doutores no país

(volume 1 - 2.^a edição)

Jacques Velloso (Organizador)

**Psicologia e conhecimento: subsídios
da psicologia do desenvolvimento
para a análise de ensinar e aprender**

Maria Helena Fávero

Itinerários de Barbara Freitag

Sergio Paulo Rouanet, Nair Heloisa

Bicalho de Sousa e Maria Francisca

Pinheiro Coelho (Organizadores)

Nas instâncias do discurso: uma permeabilidade de fronteiras compreende cinco partes. A necessidade de uma mudança de perspectiva na relação entre discurso e gramática, acentuada pela preocupação decorrente de questões voltadas para o ensino gramatical, equivale ao fio central que enlaça três artigos reunidos na primeira parte. As reflexões que tomam como objeto de análise textos veiculados na mídia marcam a segunda parte do livro, composta por três estudos, cujos autores dialogam com teorias críticas que enfocam o discurso como prática social. Ao mostrar que a língua é atividade estruturante e constitutiva, três artigos configuram a terceira parte, que envolve questões de natureza semântica e de cunho ideológico plasmadas no discurso literário. Seus autores, além de mostrarem que lingüística e literatura não se excluem, colocam em evidência não só valores políticos, inseridos em contextos sócio-históricos, mas também questões que envolvem gênero social e identidade. Em favor de uma política de representação, diferentes discussões sobre gênero discursivo, fortalecidas pela busca de articulação de diferenças epistemo-lógicas, perpassam os artigos da penúltima parte. Ilustrando ainda a permeabilidade de fronteiras que delimitam as instâncias do discurso, três artigos conformam a parte final. São reflexões de pesquisas que se estendem desde a multiplicidade de posições do sujeito-professor até as facetas que envolvem o comportamento verbal e não-verbal, presentes na dinâmica de interação em contextos acadêmicos.

CÓD. EDU 387495

ISBN 85-230-0836-5



9 798523 008368